

Projeto mostra sete grandes desafios ao Estado

Os capixabas elegeram sete grandes desafios a serem enfrentados até a virada do século, de acordo com o projeto **Espírito Santo**



Século 21. São eles a reforma do Executivo e o projeto de desenvolvimento, a modernização das formas de representação e participação política e o controle do Estado, a questão ecológica como base para um desenvolvimento sustentável, a desconcentração de atividades econômicas e o direcionamento da economia, a eliminação dos bolsões de miséria e a política de emprego e renda, a disseminação com qualidade dos serviços básicos de educação, saúde e habitação e o desenvolvimento com base no trinômio econômico-social-ecológico e o buraco negro da educação, ciência e tecnologia. Isto é o que consta do documento final do projeto, intitulado "Agendas para o futuro" que será distribuído a partir da próxima quinta-feira quando, às 18h30min, será realizada a sessão solene de encerramento no auditório da Rede Gazeta de Comunicações.

O documento, elaborado pelo consultor Antônio Celso Dias Rodrigues e pelo especialista em políticas públicas Roberto Garcia Simões, sob a coordenação do secretário executivo do projeto, Geraldo Rocha, foi editado com três mil exemplares a serem distribuídos entre os participantes dos eventos do Espírito Santo Século 21 e as bibliotecas do Estado, onde ficarão à disposição do público. Uma versão simplificada do documento será editada por A GAZETA e circulará junto com a edição de quinta-feira. O texto é o resultado de cinco anos de trabalho — o projeto foi lançado oficialmente em 5 de dezembro de 1986 e concebido um ano antes — realizados por iniciativa da Rede Gazeta de Comunicações, Ufes, Geres, Bandes e Coplan. "No documento estão incorporadas as contribuições das três fases do projeto", explica o secretário-executivo Geraldo Rocha.

Na primeira fase foram produzidos 29 documentos básicos por técnicos contratados que, discutidos em seminários, foram sintetizados no volume "Os grandes diretores do processo de transformação do Espírito Santo" (1988). Na segunda, em 1989, o debate foi levado a todas as cidades do interior do Estado, o que resultou na edição do documento "O futuro desejável da sociedade capixaba". Na última fase, realizada no ano passado, o "futuro desejável" foi debatido pelos segmentos organizados da sociedade e pelo público em geral.

Resultados

"Valeu a pena todo o esforço", diz

o secretário-executivo Geraldo Rocha, após elogiar o conteúdo do documento final. "O documento mostra as questões-chaves que tiveram maior adesão ao longo do projeto", informa Antônio Celso Rodrigues, ao ressaltar que foi a sociedade capixaba que definiu as conclusões "de baixo para cima". "Precisamos, agora, comprometer as autoridades em geral, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, com essas conclusões", explica.

Para o outro autor do texto, Roberto Garcia Simões, "as agendas são uma contribuição e referência para lembrar que é necessário definir um projeto de desenvolvimento para o Espírito Santo para o próximo século e que as linhas gerais desse projeto devem ser plantadas na década de 90". "Se por um lado o documento tem definições claras da sociedade com relação ao futuro desejável e ao possível, ele também expressa perplexidades próprias dos momentos da mudança".

Também o presidente do Conselho Consultivo do projeto, Carlos Lindenberg Filho, diretor-executivo da Rede Gazeta de Comunicações, resalta a importância da continuidade do processo participativo. Na apresentação do documento, intitulada "Uma aposta no futuro", ele lembra que o projeto "não se encerra com o documento porque nunca pretendeu ser um plano de Governo, uma obra feita e acabada ou um conjunto de unanimidades".

Agendas

O documento final do Espírito Santo Século 21 se divide em 3 capítulos. No primeiro estão as "Agendas para o futuro", que são as propostas conclusivas do projeto. No segundo é feita uma ligação entre a segunda (quando foi publicado o último documento) e a terceira fase do projeto, além de procurar inserir o futuro desejável da sociedade capixaba e as várias idéias existentes sobre um projeto de desenvolvimento para o Brasil. O terceiro capítulo busca relatar as conclusões da terceira fase do projeto, já aproveitadas na elaboração das "agendas".

Depois de lembrar que as propostas da segunda fase do projeto "tiveram como valores fundamentais a harmonia, o equilíbrio e a conscientização", além "da aspiração de desenvolvimento regional que levasse à auto-suficiência, preservação e recuperação do meio ambiente e descentralização das decisões e maior participação", o documento registra que na terceira fase foi acrescentado um "valor fundamental a mais: a Integração", entendida como necessidade de articulação e colaboração com o processo nacional de desenvolvimento e a economia cada vez mais internacionalizada.

Reforma

O primeiro desafio identificado é



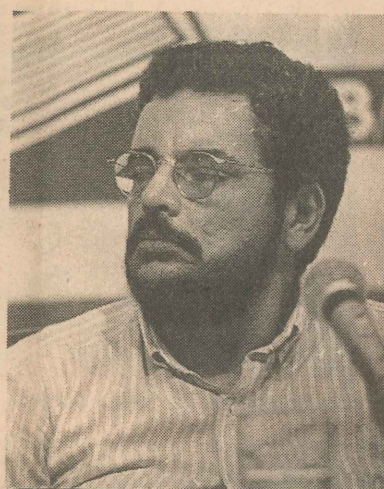
Rocha: projeto em três fases

a reforma do Executivo e o projeto de desenvolvimento. "O capixaba confere ao Estado um papel vital na execução de um projeto de desenvolvimento", daí a necessidade de "modernizar o Executivo para habilitá-lo a atender às velhas e novas demandas e permitir a transição do quadro atual para uma nova concepção de desenvolvimento". "Uma primeira necessidade seria a recuperação do sistema de informações, planejamento e gestão dos executivos nos vários níveis", informa.

O projeto alinha, então, 22 propostas de programas divididas em três áreas: remodelação do sistema estadual de informações e planejamento, o financiamento do Estado e a recuperação de sua capacidade de investimento e os orçamentos como instrumentos de política de desenvolvimento. Entre outras propostas estão registradas a reativação e o aparelhamento do Departamento Estadual de Estatísticas, o aumento da capacidade de geração de informações, a recuperação do sistema estadual de planejamento e a profissionalização do servidor público.

Participação

O segundo desafio é a modernização das formas de representação e participação política e o controle do Estado, pois "o Executivo que se pretende reformado, de modo a coordenar as ações rumo ao desenvolvimento desejável, tem evidentemente de ser controlado". Além disso, as propostas se referem também aos poderes Legislativo e Judiciário. "A democracia política, que é condição para a democracia social, demarca também agendas específicas em relação ao Legislativo, notadamente no sentido de regulamentação das Constituições estadual e federal e as leis orgânicas municipais". Quanto ao Judiciário é pedida a "redefinição do seu papel, do seu controle e a sua modernização".



Simões: políticas públicas

As propostas com relação ao segundo desafio estão divididas em mediações e articulação política, o aparato legal-institucional e a organização social e participação política. Entre 35 propostas estão as de mobilizações "para situar a Petrobrás em relação às necessidades do Espírito Santo", "para estabelecer uma política agrícola nacional adaptada aos interesses do Espírito Santo".

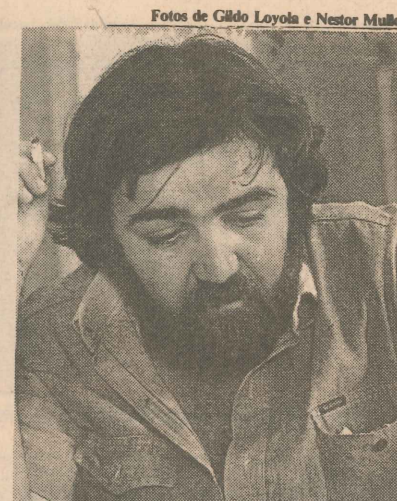
Desconcentração

A desconcentração das atividades econômicas e o direcionamento da economia integram o terceiro desafio identificado pelo projeto. "A idéia da desconcentração está presente desde o início sendo, portanto, um postulado-chave", diz o texto explicando que se trata de "um desafio antigo, resultado da desestruturação da economia primário-exportadora baseada no café e na emergência do crescimento baseado em megaprojetos industriais". "O que se postula é a necessidade de se aproveitar as vantagens locais que garantem uma economia voltada para a exportação (portos, ferrovias, etc) para se ativar também o sentido interno", completa.

São agendas 21 propostas divididas em dois grupos: a desconcentração econômica e integração regional e as vantagens locais e as possibilidades de direcionamento também para o mercado interno. Há propostas de fortalecimento de um pólo turístico-ecológico no litoral norte, de diversificação agrícola, zoneamentos industriais prevendo a desconcentração interna e externa à Grande Vitória, entre outras.

Miséria

O quinto desafio é a eliminação dos bolsões de miséria e a política de emprego e renda. "Esse é, em verdade,



Dias Rodrigues: consultoria

o objetivo final da nossa mobilização", dizem os autores, pois "a situação é tão grave que não se pode esperar o crescimento do bolo a dividir e sim enfrentar em paralelo a questão, através de políticas sociais públicas e de uma ação para viabilizar emprego e renda". As propostas do quinto desafio estão agrupadas nas áreas de atividade formal e informal e as políticas sociais públicas e a ação do Estado como parceiro de ações econômicas, numa política de emprego e renda.

São, ao todo, 15 propostas, entre as quais a de redução ou isenção de impostos em produtos alimentícios básicos; o estabelecimento da educação básica como prioridade número um do Estado; a democratização da Justiça através da criação do juizado de pequenas causas; a garantia ao pequeno produtor dos recursos do programa de ciência e tecnologia, para viabilizar sua produção e permanência no campo e o estímulo à obtenção de tecnologias apropriadas para favorecer o crescimento das pequenas empresas industriais.

Serviços básicos

O desafio seguinte, o sexto, trata da disseminação com qualidade dos serviços básicos de educação, saúde e habitação, pois "as políticas públicas, na área social, atingem hoje os piores níveis de qualidade e abrangência de toda a nossa história recente e esse quadro de decadência compromete as possibilidades de futuro desta e de outras gerações". São 28 propostas, divididas na concepção do sistema e as demandas em educação, em saúde e em habitação. São propostos: garantia de recursos expressivos para um programa de erradicação do analfabetismo; que os recursos públicos sejam destinados somente ao ensino oficial; colocar a valorização do magistério como capitaneadora das medidas de política educacional; privilegiar o sistema público de

saúde e a descentralização dos recursos e incentivos destinados à habitação.

O sétimo desafio refere-se ao desenvolvimento com base no trinômio econômico-social-ecológico e "o buraco negro da educação, ciência e tecnologia", pois, segundo o projeto, "boa parte dos impasses hoje colocados vão necessitar de tecnologias próprias ainda não disponíveis para sua disseminação". Daí a necessidade de "constituição de centros de excelência, vinculação de órgãos de ciência e tecnologia aos institutos de desenvolvimento e reciclagem do processo educacional". Há 12 propostas feitas sobre geração e aquisição de tecnologias, disseminação tecnológica e o papel da educação, política tecnológica e utilização dos recursos previstos na Constituição estadual (2,5% para ciência e tecnologia). Entre as propostas estão as de fomento à criação de centros de renovação tecnológica, aproveitamento do sistema de telecomunicações em programas de educação, o desenvolvimento de um programa estadual de aumento de produtividade e a utilização dos recursos do Funcafê para pesquisas tecnológicas.

Brasil

O capítulo II do documento fala das idéias, projetos e propostas de desenvolvimento para o Brasil, pois "o Espírito Santo não pode tratar do seu futuro sem considerar os caminhos seguidos pelo país". O texto descreve a crise da década de 80 para que fique claro o contexto em que foi realizado o Espírito Santo Século 21 e o debate nacional sobre idéias e projetos de desenvolvimento para o Brasil, além de sintetizar as idéias apresentadas nas reuniões do pacto social, também conhecido como "entendimento nacional" (do Governo Collor, empresários e CUT), pelo BNDES, pela Fiesp, pelo Grupo Pão de Açúcar e por personalidades nacionais como César Maia, Mário Henrique Simonsen, João Paulo Reis Velloso, Hélio Jaguaribe, Roberto Mangabeira, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Cristovam Buarque e José Serra.

O último capítulo do documento — o terceiro — descreve o desenrolar da terceira fase do Espírito Santo Século 21, servindo para documentar a série de debates realizada no ano passado, que teve por objetivo conhecer "como segmentos expressivos e com fundamental importância na determinação dos rumos do Espírito Santo — classe política, Grandes Projetos, classe patronal, representações da sociedade civil e organismos governamentais — encaravam o futuro desejável da sociedade capixaba e se estariam dispostos a tomar as propostas como referência para a construção do futuro".

Fotos de Gildo Loyola e Nestor Muller

